

AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

**COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SUBSECRETARIA
DA ADMINISTRAÇÃO**

ILMO. SR. HALISSON LUCIANO CHAVES AYRES DA FONSECA

Pregão Eletrônico nº 19/2020

META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 93.655.173/0001-29, situada na Alameda Rio Negro, nº 1.030, Escritório 206, Sala 12, Bairro Alphaville Industrial, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-000, vem, respeitosa e tempestivamente à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de sua procuradora, com fulcro no artigo art.109 da Lei 8.666/1993, artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002, artigo 44 do Decreto Federal 10.024/2019 e item 11 do Edital de Pregão Eletrônico nº 19/2020, apresentar

CONTRARRAZÕES

Em face dos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas **DATAINFO SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**, **SIGMA DATASERV INFORMATICA S/A** e **CAPGEMINI BRASIL S.A.**, o que faz de acordo com os seguintes fatos e fundamentos de direito:

I – SÍNTESE DOS FATOS

Em 09/09/2020, às 10h, realizou-se a sessão do Pregão Eletrônico 19/2020 do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, cujo objeto consiste na contratação de *“serviços envolvendo desenvolvimento e sustentação de sistemas informatizados, de forma remota e presencial, utilizando metodologias ágeis e de acordo com os padrões de desempenho e qualidade correspondentes à especialização exigida para o serviço, com vistas a atender as necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos”*.

Com a finalização da sessão de lances, sagrou-se como melhor classificada, com uma proposta de R\$ 19.398.060,00 (dezenove milhões, trezentos e noventa e oito mil e sessenta reais), a GETI COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. Após análise da documentação da referida licitante, entendeu-se pela inabilitação e desclassificação desta, uma vez que não atendidos os requisitos de habilitação constantes do Edital e seus Anexos. Fora chamada, então, a segunda melhor classificada, DATAINFO SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, com a proposta de R\$ 19.398.060,00 (dezenove milhões, trezentos e noventa e oito mil e sessenta reais), que, após a análise da documentação apresentada e Planilha de Exequibilidade, teve sua proposta desclassificada porquanto não demonstrada a exequibilidade de seu valor e não atendidos todos os requisitos de habilitação técnica exigidos em Edital.

Ato contínuo, o lote foi arrematado à terceira melhor classificada, META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A, com uma proposta no valor global de R\$ 19.400.000,00 (dezenove milhões e quatrocentos mil reais), a qual foi convocada para a apresentação de sua Proposta Comercial no valor final e demais documentos pertinentes em 15/09/2020, com requerimento de diligências quanto à Proposta Comercial na mesma data e complementações e esclarecimentos em 16/09/2020. Todos os documentos, devida e tempestivamente apresentados, foram submetidos à diligente avaliação do Ilmo. Sr. Pregoeiro, juntamente de sua equipe de apoio e da área técnica, sobrevindo, assim, em 18/09/2020, a declaração de classificação e habilitação da META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A, sagrando-se esta como vencedora do certame.

Aberto prazo para registro de interesse recursal, manifestaram-se as licitantes DATAINFO SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, SIGMA DATASERV INFORMATICA S/A e CAPGEMINI BRASIL S/A, sendo que somente esta última, em 23/09/2020, apresentou suas razões de recurso. DATAINFO e SIGMA ficaram inertes, possivelmente, por não haver o que se questionar acerca da classificação e habilitação da licitante META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A.

Ocorre que, como adiante restará cabalmente demonstrado, não merecem prosperar as alegações da licitante CAPGEMINI, porquanto não respaldadas em subsídios de fato e de Direito legítimos, sendo o seu não provimento, medida que se impõe e desde já se requer.

II – DAS INTENÇÕES RECURSAIS NÃO ARRAZOADAS

Conforme mencionado, as licitantes DATAINFO SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, SIGMA DATASERV INFORMATICA S/A e CAPGEMINI BRASIL S/A manifestaram, em 18/09/2020, seu interesse em recorrer da decisão que declarou a META como aceita e habilitada no processo em questão.

Assim se manifestaram:

[DATAINFO] Sr. Pregoeiro, A DATAINFO vem, respeitosamente, manifestar intensão *[sic]* de apresentar recurso contra sua equivocada desclassificação e para melhor avaliar a documentação da empresa META, objetivando uma análise do cumprimento das exigências do edital em referência.

[SIGMA] A Sigma Dataserv Informática S/A manifesta intenção de recurso contra a aceitação e habilitação da empresa META no certame em epígrafe. Fundamenta a manifestação por entender descumpridas as exigências de exequibilidade da proposta (quanto a aceitação) [itens 24.6, 25, 25.9.5.2.1 e demais atinentes a espécie] e quanto a comprovação de qualificação técnica (habilitação) [itens 9.11.1, 9.11.1.7 e demais relativos a matéria]. Requer a abertura do prazo para razões, nos da legislação.

[CAPGEMINI] Com base na prerrogativas legais previstas no Direito Administrativo Brasileiro e já previsto em Edital, manifestamos nossa intenção de recurso acerca da decisão que habilita e declara vencedora do Pregão, a empresa META SERVIÇOS EM INFORMATICA S.A., por não cumprimento das condições editalícias, notadamente no que refere-se à exequibilidade de sua planilha de preços e habilitação técnica conforme será demonstrado nas razões recursais tempestivamente.

Inicialmente, há de se mencionar que a argumentação genérica impede impugnação e/ou avaliação de termos específicos da irresignação manifestada em sede de registro de interesse recursal, podendo caracterizar recurso meramente protelatório, em prejuízo de um efetivo contraditório, da celeridade e eficiência que devem revestir todos os atos e processos administrativos. Se interposto o recurso, deve ser feito de forma fundamentada, deixando suficientemente claras as inconformidades apontadas, até mesmo para viabilizar a análise do julgador.

De toda sorte, traçamos algumas considerações acerca das manifestações de interesse recursal registradas.

Com relação à manifestação da DATAINFO, irretocável a decisão do Ilmo. Pregoeiro e sua equipe de apoio, uma vez que a licitante não logrou êxito em, quando oportunizada, comprovar a exequibilidade de sua proposta, tendo considerado produtividade acima do valor de 10 (dez) horas por Ponto de Função, não apresentando subsídios que comprovassem a viabilidade de execução nestes termos, conforme previsto no Edital e Termo de Referência. Não obstante, a documentação de qualificação técnica não foi suficiente e adequada a comprovar os itens exigidos em Edital, principalmente no tocante à experiência em 1.500 (mil e quinhentos) Pontos de Função em Python, tendo sido empreendida a arriscada manobra de inclusão de Atestado de Capacidade Técnica obtido e assinado após a data de realização do certame, em notória estratégia de ludibriar a avaliação de suas condições habilitatórias. Ainda, no tocante à classificação e habilitação da META, a licitante não indicou quais os possíveis pontos de inconformidade, trazendo manifestação genérica e, assim, inviabilizando o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. De toda sorte, há de se ressaltar que todos os requisitos do Edital foram plenamente atendidos pela META, conforme acurada avaliação já realizada pelo Ilmo. Pregoeiro e sua equipe de apoio. Tanto é assim, que não sobrevieram razões recursais que fundamentassem a manifestação registrada. Portanto, o não acolhimento e, se acolhida, seu não provimento, é medida que se impõe e desde já se requer.

No tocante à manifestação da SIGMA, a despeito de ter indicado os itens do Edital que reputava como descumpridos, nota-se que de igual forma conduzem a uma alegação genérica e não permitem aferir quais, de fato, teriam sido os equívocos e/ou inconsistências identificados. De toda sorte, é inquestionável que os itens 9.11.1, 9.11.1.7 e demais relativos à qualificação técnica foram plenamente cumpridos, uma vez que foram apresentados Atestados de Capacidade Técnica suficientes e adequados para tanto, conforme constatado na irretocável análise do Ilmo. Pregoeiro e sua equipe de apoio. Quanto aos itens referentes à exequibilidade da Proposta apresentada, conforme adiante será amplamente demonstrado, também foram observados em sua integralidade. Tanto é assim, que não sobrevieram razões recursais que fundamentassem a manifestação registrada. Portanto, o não acolhimento da manifestação e, se acolhida, seu não provimento, é medida que se impõe e desde já se requer.

No que tange à manifestação recursal registrada pela licitante CAPGEMINI, apesar de ter inferido o não atendimento das exigências de qualificação técnica pela META, nota-se que nas razões recursais nada consta a respeito, evidenciando, assim, que nada há que se questionar neste particular, uma vez que todos os requisitos foram atendidos. Portanto, refuta-se de plano tal argumento, visto ser inquestionável o atendimento a tais requisitos editalícios pela META. Com relação aos questionamentos relativos à exequibilidade da proposta apresentada, consoante razões recursais apresentadas em 23/09/2020, passa-se a discorrer.

III – DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS EDITALÍCIOS E DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A

Alega a licitante CAPGEMINI que a licitante META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A teria descumprido os requisitos constantes nos subitens 6.3 e 6.8 do Edital, mormente aqueles relacionados ao preenchimento da Planilha de Análise de Exequibilidade e a previsão de não alteração no preço da Proposta sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Em síntese, aduz a CAPGEMINI que não foram observados os critérios previstos no item 25 do Termo de Referência para fins de comprovação/aferição da exequibilidade da Proposta Comercial apresentada pela META, bem como que não teriam sido contemplados custos com infraestrutura, hardware, software, garantia, links de comunicação e deslocamento de forma suficiente para a garantia de exequibilidade da Proposta e que a META teria considerado, de forma indevida, o benefício da desoneração da folha de pagamento em sua composição de custos realizando “manobras” em suas planilhas. Sem razão.

Inicialmente, com relação ao item 6.8, refuta-se de imediato a alegação de seu descumprimento, uma vez que em nenhum momento foi solicitada pela licitante META e muito menos concedida pelo MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, a alteração dos valores ofertados na proposta inicial e/ou na sessão de lances sob alegação de erros, omissões ou quaisquer outros pretextos. O valor ofertado pela META manteve-se o mesmo apresentado na sessão de lances, com pequenos ajustes de casas decimais (para menos) quando da apresentação da Proposta Final. Nenhuma outra alteração fora efetuada.

Prosseguindo-se, faz-se necessário esclarecer que a elaboração da Proposta Comercial a ser apresentada em um procedimento licitatório é um ato de responsabilidade exclusiva de cada licitante, que deverá considerar todos os custos, encargos, tributos e despesas, legais ou administrativas, que caibam dentro de sua realidade, ficando a esta obrigada durante todo o processo administrativo e também na contratação dele decorrente (Art. 54, §1º da Lei 8.666/93). O valor resultante do final da sessão pública de lances vincula a licitante nos termos dos itens 6.7 e 6.8 e, como bem destacado nos itens 6.3.2, 6.3.3 e 6.4, é a licitante a única responsável por sua proposta, devendo esta arcar com todos os ônus de eventuais equívocos em seu dimensionamento, bem como responsabilizar-se pela cotação correta dos encargos tributários de acordo com o regime tributário a que se submete.

Com relação ao item 6.3 do Edital e seus sucedâneos, é imperioso destacar que também foram estritamente observados em todos os seus termos, uma vez que nos valores ofertados pela META estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas,

tributários, comerciais e todos os demais custos que incidem direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

Inferi a CAPGEMINI que a META teria deixado de observar aos requisitos constantes na seção 25 do Termo de Referência, no tocante à aferição da demonstração de exequibilidade. Aqui também sem razão. Imperioso destacar que a Planilha de Análise de Exequibilidade consistia em um modelo a ser seguido, não sendo vedados ajustes/alterações pelas licitantes, para melhor aderência à sua real composição de custos e estratégia. Nesse sentido, o subitem 25.4 dispõe que “A planilha servirá como declaração, devendo a licitante efetuar as alterações que julgar necessárias, já que as planilhas de análise de exequibilidade têm caráter informativo e servirão para demonstrar capacidade e possíveis variações de custos / insumos no curso da execução contratual”. Inferi a CAPGEMINI, ainda, a existência de erro no preenchimento da planilha, sem, contudo, demonstrar qual seria, impedindo maior análise e defesa neste particular.

Destaque-se, ainda, que o item 8.13 do Edital, em linha com o entendimento predominante no TCU, é claro ao estabelecer que *“Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço”*.

Nesse sentido:

A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do *valor global* originalmente proposto. (Acórdão 830/2018-Plenário | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO / ÁREA: Licitação | TEMA: Julgamento | SUBTEMA: Erro material / Outros indexadores: Desclassificação, Preço *global*, Proposta de preço, Diligência / Publicado: Boletim de Jurisprudência nº 215 de 07/05/2018)

A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do *valor global* originalmente proposto. (Acórdão 370/2020-Plenário | Relator: MARCOS BEMQUERER / ÁREA: Licitação | TEMA: Julgamento | SUBTEMA: Erro material / Outros indexadores: Desclassificação, Correção, Preço *global*, Proposta de preço, Diligência)

Feitas tais considerações preliminares, para facilitar o entendimento do Ilmo. Pregoeiro e sua equipe de apoio, e para que não restem dúvidas quanto à plena exequibilidade da proposta apresentada pela licitante META é de suma importância que se façam algumas análises e ponderações:

III.A - Da Análise de Exequibilidade e Planilha de Análise de Exequibilidade

A Planilha de Análise de Exequibilidade, conforme já mencionado, consistia em um modelo a ser seguido pelas licitantes na formação de seu preço, podendo ser ajustada/alterada visando a adequação à realidade de cada licitante.

Nem a referida Planilha, nem mesmo o Edital, poderiam fixar valores mínimos admitidos para a contratação, visto a fixação de preços mínimos ser expressamente vedada pela Lei 8.666/93, no artigo 40, inciso X (*o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48*) (grifamos).

Assim, referida planilha permitia chegar-se aos valores “presumidamente exequíveis”, que, no caso da Proposta apresentada pela licitante META seriam de R\$ 730,30 (setecentos reais e trinta centavos) para o Ponto de Função (PF) e de R\$ 73,03 (setenta e três reais e três centavos) para a Unidade de Serviço Técnico (UST).

Pois bem. É sabido que o ato de presumir significa “1. Chegar a uma conclusão a partir de indícios ou suposições; conjecturar, supor; 2. Supor algo antecipadamente; achar, pressupor;”¹. No Direito, a presunção pode assumir duas feições: presunção absoluta (*juris et de jure*) e presunção relativa (*juris tantum*). Esta última, admite prova em contrário, enquanto aquela decorre de expressa disposição de lei.

É unânime no Direito Administrativo que a presunção de exequibilidade (ou inexecuibilidade) é relativa, porquanto não há disposição legal expressa quanto à sua determinação, cabendo à Administração a realização de diligências na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Isso para evitar-se equívocos e contratações mais onerosas à Administração, uma vez que é sabido que dentro da instrução do processo administrativo podem haver imprecisões nas definições de valores de mercado, especialmente nas cotações oferecidas pelos fornecedores, normalmente, com valores bem acima dos realmente praticados, e também dada a variação de custos e despesas entre empresas, que podem repercutir em propostas com menor ou maior valor, sem deixar de mencionar-se, ainda, as particularidades inerentes a cada negócio, Edital e respectivo Termo de Referência.

Nesta linha, é o entendimento esposado pelo TCU na Súmula 262 e em diversos de seus julgados:

¹ <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/presumir/>

Súmula 262 TCU. O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma **presunção relativa** de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Os critérios objetivos de aferição de exequibilidade possuem **presunção relativa**, devendo ser facultado ao licitante a possibilidade de demonstrar a viabilidade de sua proposta. (Acórdão 571/2013-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER / ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Preço/ Outros indexadores: Comprovação, Exequibilidade, Presunção relativa, Inexecuibilidade, Possibilidade) (grifamos)

É prudente, portanto, que a Administração, antes de desclassificar qualquer proposta por entender que apresente indícios de inexecuibilidade, realize as devidas diligências, oportunizando à licitante proponente a demonstração de sua exequibilidade.

Nesse sentido, o Edital 19/2020 do MJSP estabeleceu no subitem 8.6 a possibilidade de realização de diligências para aferição da exequibilidade das propostas, em caso de indício de inexecuibilidade, prevendo, ainda, no item 8.7, a obrigatoriedade de sua realização nas hipóteses em que o preço final ofertado pela licitante melhor classificada seja **inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item**.

No caso em tela, em que o valor total apresentado pelas 15 (quinze) empresas participantes para o item 2, qual seja, R\$ 107.426.681,94 (cento e sete milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos), totaliza a média de R\$ 7.161.778,80 (sete milhões, cento e sessenta e um mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), sendo o valor base para a obrigatoriedade de diligências aquele inferior a R\$ 5.013.245,16 (cinco milhões, treze mil, duzentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), poder-se-ia chegar a um **indício de EXEQUIBILIDADE**, já que o valor apresentado pela META para o item, qual seja, R\$ 5.159.000,00 (cinco milhões, cento e cinquenta e nove mil) está acima do valor considerado no critério.

Apenas diante desse item, já é possível aferir que, considerando o objetivo precípua de todo e qualquer processo licitatório, que é o de obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, que, inevitavelmente, passa pela avaliação do melhor preço e da aptidão técnica da licitante em fornecer o objeto, uma vez comprovada a ampla capacidade técnica da META por meio de seus Atestados, fazia-se imperiosa, por prudência, cautela e legalidade, a diligência quanto à exequibilidade da proposta, como bem perpetrado pelo Ilmo. Pregoeiro e sua equipe de apoio.

Para as hipóteses em que os valores ofertados fossem inferiores a 70% (setenta) por cento dos valores estimados para a contratação, o MJSP previu a obrigatoriedade de apresentação da

Planilha de Análise de Exequibilidade (Anexo III), em até 02 (duas) horas após solicitação do pregoeiro, o que foi plenamente observado pela META.

Na seção 25 do Termo de Referência, previu, ainda, uma metodologia para análise da exequibilidade da proposta, que consideraria: produtividade em projetos de TI, média salarial dos profissionais envolvidos no desenvolvimento de sistemas e custo mensal de time ágil padrão. Considerou-se o valor de 10 (dez) horas por Ponto de Função (PF) como valor médio de produtividade aceito sem a necessidade de diligências e aplicou-se cálculo de salário médio do profissional do time ágil de desenvolvimento para chegar-se ao valor presumidamente exequível sem necessidade de diligências da Unidade de Serviço Técnico (UST).

Considerando este cenário, o MJSP estabeleceu uma forma de verificação da exequibilidade sem necessidade de diligências, estabelecendo-se **valores mínimos PRESUMIDAMENTE EXEQUÍVEIS**, como assim nomeados na própria Planilha de Análise de Exequibilidade (Anexo III):

VALORES MÍNIMOS PRESUMIDAMENTE EXEQUÍVEIS		
CUSTO MÉDIO/HORA (UST)	R\$73,03	VALOR DE REFERÊNCIA PARA O ITEM 2
CUSTO PONTO DE FUNÇÃO	R\$730,30	VALOR DE REFERÊNCIA PARA O ITEM 1

Por presumidamente exequíveis, destaque-se, o entendimento deve ser o de que admitem prova em contrário caso não atingidos tais valores mínimos.

Assim, com relação ao Ponto de Função, tem-se que dispensa maiores comentários e, até mesmo, diligências para sua confirmação, já que a Planilha de Análise de Exequibilidade e as comprovações salariais acostadas pela META evidenciam sua plena exequibilidade, sendo esta inquestionável. Com relação à UST, a seu turno, considerando que o valor ofertado pela META é de R\$ 67,00 (sessenta e sete reais), abaixo do valor mínimo PRESUMIDAMENTE EXEQUÍVEL, mandatória, como medida de legalidade, prudência e cautela da Administração, a realização de diligências.

Independentemente de solicitação, tendo em vista viabilizar ao MJSP uma melhor e mais acurada análise quanto à viabilidade de execução dos serviços com o valor ofertado na UST, a META apresentou planilha de cálculo que evidencia a exequibilidade desta, bem como Contrato de Prestação de Serviços vigente, com o TJRS, com valor, inclusive, inferior ao ofertado (R\$ 65,84), cuja perfeita execução dos serviços é comprovada mediante o Atestado de Capacidade Técnica acostado com os demais documentos de habilitação.

Frise-se que, ao contrário do que inferido pela CAPGEMINI, a planilha para demonstração da exequibilidade do valor da UST considerou, sim, planilha constante no Edital (vide subitem 25.9.5.3.1 do Termo de Referência), assim como partiu da mesma metodologia empregada pelo MJSP para seu cálculo dos valores mínimos presumidos como exequíveis,

ponderando-se a média salarial da equipe envolvida no atendimento do subitem 2, conforme planilha enviada em 16/09/2020, nomeada como “Meta – PE 19-2020 – Diligência Exequibilidade UST”.

Nesse sentido, há de observar que o subitem 25.9.5.3. do Termo de Referência apresenta a planilha de custo e formação de preços considerando a média salarial ponderada do Time Ágil e que estes salários, por analogia, também foram considerados na composição do valor da UST ofertada pela META, seja pela compatibilidade e equivalência, ou mesmo similaridade dos perfis que deverão ser envolvidos na execução dos serviços.

A Planilha de Exequibilidade do Anexo III do Termo de Referência, conforme já mencionado, permite a obtenção do cálculo do valor mínimo “PRESUMIDAMENTE EXEQUÍVEL” considerando a relação do “custo proporcional” com o esforço em horas estimado para o time ágil (coluna “alocação horas”), apresentando o valor médio da hora deste time. Todavia, apesar da compatibilidade e similaridade dos perfis serem aceitáveis, a relação de esforço e produtividade para composição dos times de atendimento de cada item de serviço (Evolução/Projeto de Sistemas x Sustentação) é distinta para ambas as unidades de medição (PF X UST), variando-se esforço de cada perfil e atividades a serem executadas em cada uma das linhas de serviço, devendo, portanto, suas particularidades serem respeitadas no momento da composição dos custos para que seja possível a efetiva obtenção da melhor oferta, sem que haja indevido sobrepreço no valor da UST.

Diante disso, a despeito do valor de R\$ 73,03 apresentado na planilha como “mínimo presumidamente exequível”, a META, a partir da ponderação dos salários apresentados na proposta e utilizados para composição do preço do Ponto de Função e time ágil, calculou e demonstrou a viabilidade de execução da sua UST ofertada em R\$ 67,00. Indispensável destacar que a UST, além de fazer referência a 1 hora de esforço de trabalho, conforme regras do Edital e catálogo de serviços, é remunerada sob critérios que consideram impactos e complexidades de cada demanda, sendo, portanto, variável no faturamento mensal.

A presunção de inexecuibilidade dos valores, conforme pontuado no item 25.13., ocorre quando o preço apresentado não é suficientemente capaz de cobrir todos os custos decorrentes da execução do serviço ou, de maneira complementar, para aqueles que apresentam margens negativas ou zeradas. Composições assim são, de fato, temerárias e oferecem risco real à Administração e à execução do contrato, pois resta evidente, desde a precificação, o desequilíbrio econômico-financeiro da proposta. Contudo, não é o que se verifica no caso em tela.

Com efeito, no que tange ao objeto deste certame, não obstante seus 30 anos de experiência na prestação de serviços de TI no atendimento de grandes clientes e operações, tanto em instituições públicas quanto privadas, a nível nacional e internacional, a META utilizou também como referência na precificação desta UST, sua experiência em contratos ATIVOS de

objeto similar ao da presente contratação para outros entes da Administração Pública, como é o caso, reitere-se, do contrato com o TJRS, já acostado em 15/09, o qual além da similaridade e complexidade do objeto, ainda possui uma exigência curricular e de nível de experiência altíssima para cada um dos perfis (superior até, diga-se de passagem, às exigências previstas neste Edital).

Não bastasse, para fins de precificação, além do entendimento da complexidade e nível dos serviços esperado pelo MJSP em sede de agenda técnica, procedeu-se com acurada pesquisa regionalizada, bem como base de salários para perfis similares aos exigidos nesta contratação já praticados internamente em outros contratos, conforme comprovações também apresentadas em 15/09.

Nesse sentido, em sua avaliação, a Equipe Técnica ponderou os salários médios de mercado, atualizados em 10/09/2020, bem como os salários dos profissionais já contratados pela META, em perfis idênticos aos exigidos no Edital, para concluir, de forma acertada, que *“os valores ofertados na proposta em tela em relação ao quadro de funcionários da empresa, quando considerada a realidade dos salários mais comumente praticados no mercado nacional, têm viabilidade econômica para os critérios da presente contratação”* e que é *“perfeitamente possível a execução dos serviços relacionados ao Item 2 - sustentação de sistemas e serviços técnicos adicionais - ao valor de R\$ 67,00 (sessenta e sete reais) por UST”*.

Dessa forma, não há que se questionar a exequibilidade do valor ofertado na UST, uma vez que fora amplamente demonstrada pela META, e cuja aceitabilidade deu-se com base na aplicação da metodologia de média salarial prevista na seção 25 do Termo de Referência e pesquisa salarial empreendida pelo próprio MJSP.

Eventual diferença constatada atingiria representatividade irrisória (inferior a 2,8% do que se teria, pela Planilha de Análise de Exequibilidade, como valor mínimo presumidamente exequível para a UST), inábil a acarretar, por si só, a desclassificação da proposta apresentada pela META.

Ato contínuo, alega a CAPGEMINI que a admissão de demonstração da exequibilidade da proposta pela licitante melhor classificada estaria caracterizando ofensa aos princípios de vinculação ao instrumento convocatório e isonomia entre as licitantes. Contudo, conforme acima já demonstrado, a realização de diligências para fins de comprovação da exequibilidade da proposta ofertada pela licitante melhor classificada é medida prevista não só na legislação e na jurisprudência, como também no próprio Edital, enquanto ato de celebração dos princípios da obtenção da proposta mais vantajosa pela Administração, da legalidade e, inclusive, de vinculação ao instrumento convocatório.

Não obstante, ao contrário do que afirma a CAPGEMINI, caso a META tivesse por estratégia a compensação de eventual prejuízo no valor da Unidade de Serviço Técnico com a lucratividade do valor do Ponto de Função, a exequibilidade da proposta seria ainda mais

evidente, visto que o Edital e a contratação trazem como critério de seleção e aceitabilidade da proposta o MENOR PREÇO GLOBAL e, nesse caso, sim, deve ser considerado o valor global, inclusive e principalmente para fins de avaliação da exequibilidade da Proposta.

Nesse sentido, há de se ter em vista o entendimento do TCU quanto ao tema:

A inexecuibilidade de itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta (art. 48, inciso II, da Lei 8.666/1993), pois **o juízo sobre a inexecuibilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta**. (Acórdão 637/2017-Plenário | Relator: AROLDO CEDRAZ / ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Preço / Boletim de Jurisprudência nº 167 de 25/04/2017) (grifamos)

Ademais, frise-se que não estar-se-ia diante da refutável prática do “jogo de planilhas”, uma vez que o item de maior volume e com maior previsibilidade de demandas no curso da contratualidade, qual seja, a UST, na proposta da META, é justamente o de menor valor apresentado, refletindo o custo real, sem sobrepreço ou intenção de obtenção de margens exorbitantes. Tanto é que é justamente este item o cerne de todo questionamento acerca da exequibilidade da proposta apresentada.

Ora, a META está sendo questionada por ofertar uma proposta razoável e consentânea com os valores de mercado e especificidades dos serviços previstos no Edital e em seus Anexos, ao considerar o valor justo para a UST, sem nenhuma pretensão de obter vantagens indevidas, ou maior lucratividade em prejuízo do erário, ao contrário da estratégia de outras licitantes, que mantiveram elevado o valor da UST, visto ser este o item de maior volume e previsibilidade de consumo, reduzindo o valor do Ponto de Função (Exemplo: R\$ 689,49 PF x R\$ 79,25 UST – Nesse caso, pelo valor da UST e lógica de cálculo adotada pelo MJSP, o valor do PF deveria ser de R\$ 792,50).

Deve ser afastada, de igual forma, a inferência quanto à necessidade de desclassificação da proposta apresentada pela META por supostamente conter “*preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos*”, uma vez que cabalmente demonstrado que (a) todos os tributos, encargos e despesas foram considerados, nos moldes da Planilha de Análise de Exequibilidade; (b) restou comprovada a aptidão da META em efetivamente contratar e manter profissionais nos valores salariais indicados em sua composição de custos.

E, ainda que assim não fosse, há de se ter em vista o entendimento sedimentado pelo Tribunal de Contas da União também neste particular em julgados como o do Acórdão 637/2017-Plenário, supra colacionado, e do Acórdão 1678/2013-Plenário.

Dessa forma, por qualquer prisma que se analise a questão, resta evidente a plena observância aos requisitos legais e editalícios, bem como a exequibilidade da proposta ofertada pela META.

III.B – Dos custos com infraestrutura, hardware, software e demais despesas relacionadas à execução dos serviços

Aduz a CAPGEMINI, de forma genérica e sem subsidiar seus argumentos com informações que permitam à META o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, bem como ao Ilmo. Pregoeiro e sua equipe de apoio a análise acerca do quanto alegado, que a META teria considerado despesas e custos necessários à execução contratual *“abaixo dos limites estabelecidos e minimamente necessários à execução contratual”*. Mais uma vez, sem razão.

A despeito de a CAPGEMINI ter deixado de mencionar quais seriam os limites estabelecidos e minimamente necessários à execução contratual, em razão do princípio da impugnação específica, esclarece-se que tais custos foram, sim, considerados na precificação, sob as rubricas de “Leasing de computadores e conectividades” e “Despesas Administrativas/Operacionais” e que, dentro dos valores praticados pela META em suas operações, devido a contratos ativos com fornecedores e contratações/aquisições em maior escala, são suficientes e adequados a fazer frente a tais despesas (hardware, software, conectividade, comunicação).

De igual forma, as despesas com garantia contratual foram contempladas sob a rubrica “Despesas Administrativas/Operacionais” e, caso assim não fosse, por si sós, não teriam o condão de afetar a saúde financeira do contrato e acarretar a inexecução contratual, porquanto representam valor ínfimo diante dos demais custos e despesas.

Ainda, com relação a despesas de deslocamento e eventuais custos com horas extras ou de sobreaviso, imperioso destacar que dizem respeito unicamente à estratégia de atendimento do contrato prevista pela META em sua precificação e às suas políticas internas acerca do regime de contratação e compensação de horas.

Nesse sentido, a estratégia da META pode envolver, por exemplo, a disponibilização de parte da equipe de atendimento nas instalações do MJSP, em Brasília/DF, para fins de atendimentos presenciais, conforme facultado pelo próprio órgão em sede de esclarecimentos.

Com relação às horas extras e sobreaviso, imperioso destacar que os empregados da META atuam sob o regime de compensação de horas na forma legalmente admitida, bem como que esta conta com uma operação compartilhada de sustentação para atendimento 24x7 já em atividade, com contratações e atuações em regime de escala que comportará eventuais atendimentos fora do horário comercial oriundos deste contrato.

Há de se ter em vista que, conforme previsto no item 6.3 do Edital, estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Análise de Exequibilidade disponibilizado pelo MJSP e, contemplando, portanto, os itens de custo que este órgão entendeu como pertinentes à contratação.

Qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento com relação a estes custos e despesas identificada pelo Ilmo. Pregoeiro e sua equipe de apoio, se houvessem, deveriam ter sido objeto de diligência complementar no momento oportuno, não podendo, por si sós, implicar na desclassificação da proposta apresentada sem que fosse facultado à META seu devido esclarecimento.

III.C – Da consideração da desoneração da folha de pagamento

Inferi a CAPGEMINI que a META teria descumprido as disposições editalícias ao apresentar sua Planilha de Análise de Exequibilidade considerando o benefício da desoneração da folha de pagamento, e que, sem o benefício em questão, os valores praticados pela META passariam de R\$ 730,30 (setecentos e trinta reais e trinta centavos) a R\$ 793,32 (setecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos) no Ponto de Função e de R\$ 67,00 (sessenta e sete reais) a R\$ 79,33 (setenta e nove reais e trinta e três centavos) na UST, inferindo, ainda, que a META estaria realizando “manobras” em sua planilha para induzir ao Ilmo. Pregoeiro e sua equipe de apoio a erros no julgamento.

Nesse particular, é importante que se tenha em vista algumas premissas extremamente relevantes: (a) o Edital, nem mesmo em seus anexos, em nenhum momento determinou que os valores ofertados deveriam considerar a oneração da folha, ou mesmo que seria vedada a utilização da desoneração da folha de pagamento pelas empresas abrangidas pelo referido benefício; (b) ainda que houvessem disposições neste sentido, o Edital não tem o condão de afastar direitos e benefícios das licitantes oriundos de legislação válida e vigente ao tempo de sua publicação, como é o caso da desoneração da folha de pagamento. Disposições nesse sentido seriam invalidadas, porquanto ilícitas; (c) as empresas devem considerar, na sua composição de custos, os encargos e tributos vigentes ao tempo da apresentação de suas propostas, sendo temário trabalhar-se com fatos futuros imprevisíveis e incertos; (d) os esclarecimentos não se prestam a alterar ou introduzir disposições que não estejam expressamente contidas no Edital e em seus anexos, mas tão somente a esclarecer dúvidas acerca de disposições expressamente previstas. Havendo inovações nas regras editalícias em sede de esclarecimentos modificativos, a

replicação do Edital e concessão de novo prazo para apresentação das propostas seria medida impositiva, nos termos do artigo 21, §4º da Lei 8.666/1993. Ressalte-se que os esclarecimentos, como o próprio nome infere, prestam-se a ESCLARECER e não a CRIAR novas regras e exigências no âmbito do procedimento licitatório.

Imperioso destacar que muito embora o Edital seja a “lei regente das licitações”, não é facultado à Administração o afastamento ou inovação nas disposições legais vigentes, sejam aquelas previstas na Lei 8.666/93 ou em outros diplomas legais, como a Lei 12.546/2011 e Lei 13.670/2018, cuja validade e vigência para além de 31/12/2020 ainda segue em acirradas discussões²³. Isso não poderia ocorrer nem de forma expressa nos termos editalícios e menos ainda por meio de esclarecimentos, em razão do princípio da legalidade.

Nesse sentido, dispõe a IN SEGES/MP N. 5, de 2017, no item 7.11, que “*é vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais*”.

Ora, não seria razoável impor às licitantes que considerassem em suas propostas todos os custos relacionados a eventos futuros e incertos, sem nenhum indicativo de concretização ou não. Fosse assim, deveriam ser considerados, além da oneração da folha em 20% (vinte por cento), todos os aspectos relativos à Reforma Tributária que vem sendo discutidos na atualidade, tais como, apenas a título exemplificativo, a extinção do PIS/COFINS com a criação do CBS, que importará, para empresas do segmento de tecnologia da informação, um aumento da tributação incidente sobre a venda nacional de serviços de 3,65% para 12% da alíquota sobre receita bruta⁴.

Não obstante, considerar na precificação fatos futuros e incertos não traria nenhum benefício ou garantia de real obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, uma vez que importariam em acréscimo tributário expressivo, culminando com propostas e contratações significativamente mais onerosas.

Ademais, considerando que, no mínimo, o benefício da desoneração da folha manter-se-á vigente até 31/12/2020, estar-se-ia assumindo que a Administração Pública estaria sendo conivente com prática de sobrepreço vedada pela legislação e pela jurisprudência, com a concessão de margem de lucro exorbitante à contratada, pelo período de, no mínimo, 03 (três) meses. E caso, o que parece ser a tendência, a desoneração da folha se mantivesse por maior

² <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/09/01/para-evitar-derrota-governo-propoe-mais-6-meses-de-desoneracao-em-2021.ghtml>

³ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/23/guedes-defende-tributos-alternativos-e-diz-que-o-pais-tem-que-desonerar-a-folha.ghtml>

⁴ <https://www.camara.leg.br/noticias/678558-reforma-tributaria-saiba-mais-sobre-o-projeto-que-cria-a-contribuicao-sobre-bens-e-servicos/>

período, arcaria a Administração Pública com propostas necessariamente mais caras? Não parece ser este o entendimento ou caminho objetivado pelo MJSP.

Note-se que, caso fosse essa a linha de entendimento, o MJSP, seguindo o disposto no esclarecimento mencionado pela CAPGEMINI, de que “a Planilha de Análise de Exequibilidade não será usada para reequilíbrio do contrato”, estaria assumindo contratações mais caras, sem possibilidade de pleitear o reequilíbrio da contratação, consoante determinações vigentes do TCU extensíveis a todos os órgãos da Administração Pública Federal com contratos ativos com fornecedores beneficiários da desoneração da folha de pagamento. A determinação é de que se busquem as devidas reduções nos valores contratados!

Adicione ao quanto exposto que a própria Planilha de Análise de Exequibilidade (Anexo III do Edital) previu o benefício da desoneração da folha de pagamento:

04 - INSS (incide sobre o faturamento - MP 540/2011, convertida na Lei 12.546/2011. MP 563/2012, convertida na Lei 12.715/2012. MP 612/2013.)	4,50%
---	-------

Como a Planilha em questão era vinculativa, na condição de Anexo do Edital, e considerando que a tributação incidente ao tempo de elaboração e apresentação da proposta equivalia ao constante na planilha (cenário de desoneração), a META, assim como outras licitantes, a exemplo da DATAINFO, e outras que certamente assim devem ter considerado (até mesmo a própria CAPGEMINI), seguiram a legislação vigente e o modelo apresentado, isso em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e em privilégio à isonomia entre as licitantes.

Há de se destacar, ainda, que tanto é assim que a própria Lei 8.666/93, no artigo. 65, §5º, dispõe que “*Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso*”, de modo a apresentar alternativas para a manutenção do equilíbrio contratual sem necessidade de se computarem no cálculo do preço fatos futuros e incertos.

Visando corroborar o entendimento, colaciona-se excerto do entendimento do Tribunal de Contas da União acerca do tema:

Os contratos de prestação de serviços celebrados com empresas beneficiadas pela Lei 12.546/2011 devem considerar, em seus orçamentos, a desoneração da folha de pagamento decorrente da mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária instituída pela lei, sendo passível de ressarcimento a fixação de preços que a desconsidere. (Acórdão 2859/2013-Plenário | Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO / ÁREA: Contrato Administrativo |

TEMA: Equilíbrio econômico-financeiro | SUBTEMA: Encargos sociais / Outros indexadores: Desoneração. Publicado: Informativo de Licitações e Contratos nº 174. Boletim de Jurisprudência nº 14 de 04/11/2013)

Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal devem adotar as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela *desoneração da folha de pagamento* propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da *desoneração* mencionadas na legislação, bem como à obtenção, na via administrativa, do ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, celebrados com empresas beneficiadas pela aludida *desoneração*. (Acórdão 671/2018-Plenário | Relator: AROLDO CEDRAZ / ÁREA: Contrato Administrativo | TEMA: Equilíbrio econômico-financeiro | SUBTEMA: Encargos sociais / Outros indexadores: *Desoneração*, Revisão contratual. Publicado: Informativo de Licitações e Contratos nº 342 de 17/04/2018/ Boletim de Jurisprudência nº 212 de 16/04/2018)

Com base no quanto exposto, entende-se que a regra editalícia em nenhum momento vedou considerar-se o benefício da desoneração da folha de pagamento, não tendo a META descumprido o Edital neste particular.

Se o MJSP fez alguma restrição nesse sentido, o fez apenas em sede de esclarecimentos, os quais contradisseram as disposições da Planilha de Análise de Exequibilidade, que sobre aqueles deveriam prevalecer. Não poderia o MJSP impor a adoção de uma ou outra tributação, já que se trata de questão de competência exclusiva de licitante fornecedora, a quem compete arcar com todos os custos e ônus de sua proposta, desde que observada a legislação vigente.

IV – DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA NO CENÁRIO DE ONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Verifica-se da argumentação supra expendida que não há se falar em descumprimento das normas editalícias ou mesmo desclassificação da proposta por erros de preenchimento de planilhas, porquanto **foram seguidos os modelos e orientações do próprio Edital e respectivos anexos, aos quais a META, assim como as demais licitantes, estavam estritamente vinculadas, e cuja Planilha de Análise de Exequibilidade previa, em seus termos, o benefício da desoneração da folha de pagamento.**

Ademais, há de se ter em vista que o item 6.4 do Edital é claro ao estabelecer os caminhos de resolução na hipótese de eventual equívoco na cotação dos encargos tributários devidos:

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o

regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

Em razão do princípio da eventualidade, há de se ponderar, ainda, e em caráter subsidiário à argumentação anteriormente expendida, que caso a META fosse legalmente instada (por força de lei) a considerar a oneração em 20% (vinte por cento) de sua folha de pagamento após 31/12/2020, caber-lhe-ia arcar com os custos decorrentes da alteração tributária na forma admitida pelo Edital, seus Anexos e legislação vigente.

Nessa hipótese, a proposta, que deveria inevitavelmente ser mantida, poderia preservar sua exequibilidade mediante redução da margem e revisão de despesas administrativas/operacionais inicialmente orçadas.

Assim, a título meramente ilustrativo (sem caráter vinculativo, portanto), considerando-se as mesmas bases salariais outrora apresentadas e sem alteração do valor global e valores unitários praticados, mantendo-se ainda, e de forma inquestionável, a melhor e mais vantajosa proposta à Administração, poder-se-ia chegar a um cenário de proposta apto a absorver os custos de oneração da folha de pagamento, sem significativos prejuízos à sua exequibilidade, conforme Planilhas demonstrativas encaminhadas por e-mail ao MJSP nesta data, juntamente das presentes contrarrazões.

Reitere-se que, conforme consta na Planilha de Análise de Exequibilidade e com base na legislação vigente, a composição de custos da META considera o cenário de desoneração da folha de pagamento.

Assim, no Edital em questão, confirmando-se a hipótese de oneração da folha a partir de 2021, **a única ressalva a ser considerada é que, caso o benefício da desoneração da folha de pagamento seja mantido para o segmento de tecnologia da informação mesmo após 31/12/2020, ou seja, seja prorrogado, neste contexto, não caberia à Administração Pública qualquer pleito de redução/repactuação dos valores praticados, porquanto em sua proposta inicial a META já estaria considerando o benefício da desoneração da folha de pagamento.** De igual forma, caso ocorresse a reoneração da folha a partir de 31/12/2020, caberia à META, por sua conta e risco, arcar com o ônus dos 20% sobre a folha de pagamento de seus funcionários na hipótese de inexistência de respaldo legal para o reequilíbrio econômico-financeiro da contratação.

Reitere-se, aqui, o entendimento do Tribunal de Contas da União:

A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o *valor global* proposto. **Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada.** (Acórdão 2546/2015-Plenário | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO / ÁREA: Licitação | TEMA: Julgamento | SUBTEMA: Erro material / Outros indexadores: Desclassificação, Manutenção, Correção, Preço *global*, Planilha orçamentária, Diligência, Omissão) (grifamos)

Assim, ainda que a Administração, a *contrario sensu* do princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, considere que o esclarecimento prestado, em desacordo ao previsto na Planilha de Análise de Exequibilidade do Edital (Anexo III) e às disposições legais pertinentes ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato tenha o condão de vincular as partes envolvidas no procedimento licitatório, sobrepondo-se aos termos do Edital e seus Anexos, não seria por si só motivo de desclassificação da proposta ofertada pela META, uma vez que mantida a sua condição de exequibilidade com a alteração de margens que dizem respeito à rentabilidade da contratação e estratégia de gestão administrativa e operacional.

No mais, afastar a exequibilidade da Proposta da META até mesmo em um cenário de risco de oneração da folha de pagamento seria considerar-se inexecutáveis também e no mínimo as 04 (quatro) propostas que lhe sucedem, incluindo-se a ofertada pela CAPGEMINI, que podem ter considerado ou não o benefício, já que a diferença entre estas não ultrapassa 0,78%, equivalente a não mais que R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais).

No mesmo sentido, afastar a exequibilidade da Proposta da META por não ter considerado a oneração da folha de pagamento, caracterizaria ingerência excessiva da Administração na liberdade alçada às licitantes em compor suas estratégias de preços, com custos, despesas, tributos e, inclusive, riscos e ônus assumidos na oferta de sua proposta. A Administração deve presumir, em sua análise, que as licitantes estão cientes dos termos do Edital e seus Anexos, bem como da legislação, a eles vinculando-se estritamente, nos exatos termos constantes nas propostas apresentadas, correndo por sua conta todos os ônus decorrentes de erros, equívocos ou mesmo estratégias e riscos assumidos. É nesse sentido o item 7.11 da IN SEGES/MP N. 5, de 2017.

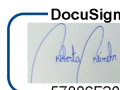
Assim, negar a exequibilidade da proposta da META e desclassificá-la diante de todo o cenário posto, caracterizaria injustificável arbitrariedade, em prejuízo da obtenção da melhor proposta pelo MJSP, e em violação à livre iniciativa e concorrência (Art. 170 da CF/88) e aos princípios mais basilares que regem as contratações públicas, dentre os quais o da eficiência, da economicidade, da razoabilidade/proporcionalidade e, sobretudo, da legalidade.

V - DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, **REQUER** o acolhimento das presentes contrarrazões, para, no mérito, não acolher as manifestações de interesse recursal das licitantes DATAINFO e SIGMA, porquanto não apresentadas as respectivas razões recursais e, em acolhendo, negar-lhes provimento, bem como, em acolhendo, negar provimento ao recurso administrativo interposto pela empresa CAPGEMINI BRASIL S/A, mantendo-se a decisão de classificação e habilitação da empresa META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A e prosseguindo-se com os atos de homologação e adjudicação do objeto do certame, consoante razões de fato e de direito acima expostas.

**Termos em que,
Pede e espera deferimento.**

Barueri/SP, 28 de setembro de 2020.

DocuSigned by:

57806F2057D34BB...

META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A

Roberta Reinehr
Gerente de Serviços - Governo